

# Refém ficou preso um dia na UnB

Edrovano Guimarães Gutierrez foi seqüestrado no dia 12 de junho de 1968 após ser reconhecido pelos estudantes que faziam piquetes nas imediações da Universidade de Brasília. Segundo seu depoimento, ele não se encontrava no local a trabalho.

Gutierrez afirma que o professor da UnB Alcides Menecarci tinha recebido de seu cunhado — João Antônio Sátiro de Souza — a incumbência de entregar-lhe uma carta, durante uma viagem do professor a Porto Alegre (RS). No dia 11 de junho, Alcides Menecarci ligou avisando que estava com a correspondência e que ele deveria apanhá-la no prédio da Reitoria.

Depois do trabalho, quando já estava a caminho de casa — acampamento da Empresa Brasileira de Engenharia (EBE), hoje Clube da Imprensa —, lembrou-se da carta e resolveu ir à UnB. Próximo ao prédio da Reitoria havia, sedundo ele, uma barricada e logo os estudantes o identificaram. “Não deve ter sido difícil. Estava num carro verde com chapa fria. Os carros da polícia normais eram preto e branco. Alguém disse que eu comandava grupo de repressão e, então, invadiram o automóvel e me puxaram de dentro”, conta.

O delegado aposentado diz lembrar de dois dos estudantes que entraram no carro — Honestino Guimarães, líder estudantil e preso político desaparecido, e Paulo Speller, hoje professor em Cuiabá (MT). De acordo com ele, cinco rapazes o levaram a pé até o restaurante universitário, enquanto Honestino Guimarães dirigia o automóvel até os fundos do restaurante. Ninguém

estava armado e não usaram algemas para prendê-lo.

## Cárcere

Era horário do jantar, por volta das 18h00, e o restaurante “estava cheio”, lembra Gutierrez. Os estudantes fizeram um palanque com as mesas e começaram a fazer discursos contra o regime militar. “Me vedaram os olhos com uma faixa de pano escura, colocaram na minha cabeça um saco de açúcar vazio, mas deixaram minhas mãos soltas”, contou.

Neste ponto aconteceu o que o delegado classifica de “tortura psicológica”. Os estudantes o ameaçaram de “cortar o bigode e o cabelo e encostar ferro quente, coisas que afirmavam que acontecia com quem era preso pela polícia”, ressalta. “Não tive medo, procurava manter a calma e lembrava que se eles reclamavam da violência o que era aquilo que estava acontecendo?! Gente, isso é loucura, avisava ao grupo”.

Este incidente deve ter durado “de quatro a cinco horas”, acredita o policial. Por volta das 22h00 ou 23h00, os estudantes o teriam conduzido para uma sala do Minhocão, na época em construção. Antes de chegar ao local “do cárcere”, o grupo de universitários deu muitas voltas, entrou em uma sala e tirou o saco de sua cabeça.

“Consegui identificar onde estava porque, sem o caso, quando jogava a cabeça para trás, dava para ver uns tapumes em volta”, ressalta. Durante o período em que ficou preso — de 18h00 do dia 12 de junho às 11h00 do dia 13 —, os estudantes fizeram “um interrogatório”. “Queriam saber se havia pla-

nos de invasão da universidade, quais os esquemas de defesa do Estado, os códigos que os grupos de emergência utilizavam para atacar. Pelas perguntas, dava para saber que eles não tinham muito preparo ou fundamento para desempenhar aquela atividade”, diz.

## Cerco

Foi um cozinheiro do Restaurante Universitário que avisou a polícia sobre o seqüestro. “Ele me reconheceu, pois tinha um cunhado que era policial”, lembra o delegado. Os policiais — comandados pelos delegados Paes Leme e João Comini — cercaram a UnB e passaram a impedir a entrada e saída de pessoas. “Me recordo de uns franceses que foram presos nesta ocasião”, assinala.

Às 11h00 do dia 13 de junho, Gutierrez foi entregue, na presença do reitor Caio Benjamin, ao delegado Paes Leme. “Entrei no carro e fui embora tranqüilo apesar de os estudantes se manifestarem à minha saída”, recorda.

Este episódio rendeu processo no Superior Tribunal Militar. O inquérito, iniciado em 8 de agosto, foi realizado sob a responsabilidade da Delegacia Geral de Investigações (Secretaria de Segurança Pública).

A denúncia foi aceita em 29 de junho de 1970 e o julgamento de 12 estudantes envolvidos no incidente aconteceu em março de 1972. Foram condenados Honestino Guimarães, Paulo Speller e José Antônio Partes — hoje assessor do presidente da Câmara Legislativa do DF, deputado Salviano Guimarães (PDT). A pena foi de dois anos de prisão. (M.P.)